

Projeto político pedagógico no contexto organizacional

Pedagogical political project in the organizational context

Sônia Maria Cortez Pinheiro

Universidad de la Integración de las Américas

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la
Integración de las Américas
Orientador: Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.13

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo estudar o projeto político pedagógico como um documento que organiza os trabalhos da escola, mostrando como cada ação ocorrerá dentro da instituição. O estudo aborda a problemática que tem como Tema: Projeto político pedagógico no contexto organizacional. O problema que motivou esta pesquisa surgiu quando se observou que as práticas pedagógicas não estavam em consonância com o projeto político pedagógico que visa nortear os trabalhos dos docentes. Diante desse contexto procurou-se saber. Quais as melhorias que a escola recebe com a implementação do Projeto Político Pedagógico na instituição? Objetivo geral: Delimitar os fatores que interferem na efetivação do projeto político pedagógico no espaço escolar. Conforme Libâneo (2004), Projeto Político Pedagógico expressa a síntese das exigências sócias e legais do sistema de ensino é o documento que apresenta objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola. Metodologia: Coleta de dados da pesquisa: questionários com perguntas abertas; Natureza da Pesquisa básica. Classificação da Pesquisa: Pesquisa de Campo e Bibliográfica. Os principais resultados apresentam que se torna necessário socializar o Projeto Político Pedagógico de forma criativa com a equipe docente possibilitando um ambiente de trabalho social e inovador.

Palavras-chave: projeto político pedagógico. escola. gestão.

ABSTRACT

This work aims to study the pedagogical political project as a document that organizes the work of the school, showing how each action will take place within the institution. The study addresses the problem that has as its Theme: Political Pedagogical Project in the organizational context. The problem that motivated this research arose when it was observed that the pedagogical practices were not in line with the pedagogical political project that aims to guide the work of teachers. Given this context, we sought to find out. What improvements does the school receive with the implementation of the Pedagogical Political Project in the institution? General objective: To delimit the factors that interfere in the effectiveness of the pedagogical political project in the school space. According to Libâneo (2004), the Political Pedagogical Project expresses the synthesis of the social and legal requirements of the education system. It is the document that presents objectives, guidelines and actions of the educational process to be developed at school. Methodology: Research data collection: questionnaires with open questions; Nature of Basic Search. Research Classification - Field and Bibliographic Research. The main results show that it is necessary to socialize the Political Pedagogical Project in a creative way with the teaching team, enabling a social and innovative work environment.

Keywords: pedagogical political project. management school.

INTRODUÇÃO

É importante ressaltar que no Brasil, a implementação do Projeto Político Pedagógico nas unidades escolares está embasada na Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional- LDB 9394/96 ao instituir no Artigo 12, como obrigatório a todas as unidades escolares a incumbência de elaborar e executar a sua proposta pedagógica, por considerar que o projeto político pedagó-

gico um instrumento que possibilitar a autonomia da escola para concretização das finalidades educativas, bem como a possibilidades de superação dos problemas oriundos da pratica educativa via reflexão coletiva.

Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que o projeto Político Pedagógico é um documento que facilita e organiza as atividades, pode ser um mediador de decisões, que conduz as ações e da análise dos seus resultados e impactos nas unidades escolares. Cabe aos gestores, professores, funcionários, comunidade estudantil e comunidade geral se organizarem a implementação do projeto nas unidades escolas no qual será o norteador para um trabalho pedagógico desenvolvido coerentemente entre teoria e prática.

A partir do exposto, questiona-se sobre os impactos produzidos após a implantação do projeto político pedagógico no contexto organizacional. Pergunta central: quais as melhorias que a escola recebeu com a implementação do Projeto Político Pedagógico?

Esse trabalho objetiva delimitar os fatores que interferem na efetivação do Projeto Político Pedagógico.

Esta pesquisa justifica-se por ser o Projeto Político Pedagógico um documento escolar capaz de mobilizar a comunidade em torno da construção e implementação de suas convicções e intenções educativas e alternativas para construção da autonomia da escola por meio de uma gestão democrática e participativa que a transforme num espaço público privilegiado para o exercício da cidadania.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO RELEVÂNCIA VITAL NA GESTÃO ESCOLAR

O projeto pedagógico torna-se fundamental para a escola, pois é o elemento norteador da organização de seu trabalho visando o sucesso da aprendizagem dos alunos, objetivo principal da escola como instituição social. O projeto pedagógico é a bússola norteadora do trabalho escolar por meio de diferentes formas de planejamento, todos envolvidos no diálogo e na busca de soluções para os problemas escolares, a partir da ação coletiva – alunos, professores, gestores, funcionários, técnicos administrativos e demais apoios, pais e comunidade local. Juntos, todos buscarão alternativas para impulsionar a inovação no cotidiano escolar.

No entanto, é importante lembrar que a construção do projeto pedagógico não é apenas uma obrigação legal que a escola deve cumprir, mas uma conquista que revela seu poder organizacional e busca cada vez mais autonomia em suas decisões. Nesse sentido, o projeto político-pedagógico é antes de tudo um instrumento ideológico, político, que visa sobretudo a gestão dos resultados das aprendizagens, através da projeção, organização e acompanhamento de todo o universo escolar. Segundo Betini, o projeto político-pedagógico mostra a visão macro do que a instituição escolar pretende ou idealiza fazer, suas metas, objetivos e estratégias permanentes, tanto em relação às suas atividades pedagógicas quanto às funções administrativas. Portanto, o projeto político-pedagógico faz parte do planejamento e controle escolar. O principal objetivo do planejamento escolar é, portanto, expressar a capacidade de colocar o planejamento em ação. Cabe, portanto, ao projeto político-pedagógico operacionalizar o planejamento escolar em um movimento constante de refletir - agir – refletir. (BETINI, 2005, p. 38).

É necessário enfatizar que, essas reflexões possibilitaram verificar a importância do Projeto Político Pedagógico para a democratização do ensino, por meio do exercício da cidadania no ambiente escolar. Sem um compromisso da gestão escolar em desenvolver o PPP como planejamento participativo e democrático, objetivando o amadurecimento e a interação dos profissionais, pais e alunos, onde todos tenham acesso a seus direitos, conhecimentos e deveres, fazendo de todos coautores no processo educacional, nada se pode conseguir, em termos de avanço.

O planejamento pode tornar-se um competente e efetivo meio para atingir as finalidades propostas.

Portanto, planejar é dizer com clareza como deve agir para que o indivíduo possa compreender analisar, interpretar o contexto para que ele atue criticamente, para que possa enfrentar as questões e os problemas se apresentam na realidade.

Para Menegolla (2000, p. 26), falar sobre o planejamento educacional enfatiza que:

Planejar uma educação que configure a pessoa dentro das estruturas sociais, que oprima a pessoa pelas direções definidas e acabadas, é barrar a libertação da pessoa. É fazer da educação um instrumento de conformismo de massas. É impedir o comprometimento e o desenvolvimento integral da pessoa humana. [...] é preciso planejar uma educação que, por meio de seu processo dinâmico, possa ser criativa e libertadora para o homem. Planejar uma educação que não restringe, mas liberta, que aguça a consciência e liga as pessoas ao seu mundo. Este é o conteúdo que deve ser incluído em qualquer plano educacional.

Conforme o autor supracitado, é provável assegurar a realização de um planejamento educacional elaborado após uma reflexão sobre que tipo de educação promoverá para integrar o desenvolvimento do cidadão, que o permita fazer parte da sociedade, ser conhecedor de suas responsabilidades e seus direitos, comprometendo-se consigo e com outros para viver criticamente e com liberdade. Percebe-se que o ato de educar e educar-se é, promover a cima de tudo uma projeção para o futuro, tendo como base o passado e o futuro, fazendo com que o indivíduo compreenda por meio dos saberes possa enfrentar os problemas.

Toda e qualquer ação humana é política em essência, muitas das vezes essas ações podem ser atos conscientes. Sendo ou não conscientes, essas ações do ser humano podem responder ou substanciar uma prática, um conceito, uma definição, ou uma estrutura já iniciada. Então pode-se dizer que não existe uma ação neutra. Conforme ao ato de planejar pode ser considerado como um ato humano completo de intencionalidade. Ao planejar, o educador tem que estar consciente da importância e da compreensão de sua atividade para “[...] descobrir representações equivocadas, desmontar mitos e preconceitos. Ajudar o sujeito (pessoal e coletivo) a se convencer que sua ação é importante, embora limitada” (VASCONCELLOS, 1999, p. 12).

Nesse contexto, o planejamento é um relato das finalidades a partir do esboço dos objetivos que se busca, mostra-se em postura e vivência críticas efetivas e na frente do trabalho pedagógico. O planejamento facilita a adaptação e participação dos agentes envolvidos na construção de um projeto educacional que promovam as mudanças da realidade e a construção de uma escola que pode ser um espaço de crescimento para os alunos e para todos que participam dela, estando em concordância com a produção do conhecimento. Determinar a ação da escola e imaginar os passos futuros, evidenciar a urgência de ter claras as metas que se ambicionam atingir e organizar os meios que as possibilitam é tarefa do planejamento. Neste sentido, é ne-

cessário planejar as ações que fazem a ligação em torno do projeto educacional da escola, sendo construído coletivamente.

Dessa forma, encontrar-se-á o caminho para acabar com as atividades desarticuladas e casuístas, construindo as práticas educativas, entende-se com as atuais necessidades dos alunos e da sociedade. Dias (2003, p. 3) corrobora esclarecendo que:

[...] A escola é organizada com o objetivo de atingir objetivos específicos que dão sentido à organização escolar e conseqüentemente orientam a tomada de decisão quanto ao tipo de currículos e programas, o tipo de edifício escolar, a quantidade e qualidade dos equipamentos e o número e qualificação dos funcionários da escola. Portanto, quem pretende trabalhar em uma escola deve conhecer seus objetivos e, na medida do possível, sua própria contribuição para melhorá-los.

Nesse contexto, pode-se falar que no momento do planejamento, é preciso fazer um apanhado do que é necessário para o desenvolvimento do ensino aprendizagem, professores, alunos, objetivos educacionais e etc., de uma forma geral, pois cada um dos elementos exerce influência nos demais, e todos eles são importantes no desenvolvimento técnico-político para a formação que escola pretende proporcionar aos seus alunos. Portanto, pode-se dizer que o planejamento é fundamental, pois através dele é possível concretizar os objetivos e metas traçadas, relacionando o passado com o presente para mudar a realidade para poder compreender, modificar e enfrentar os problemas que possam aparecer no decorrer do processo evolutivo.

Fazer pedagógico e uma gestão democrática

A Gestão Democrática vem selar esta liberdade, uma vez que fortalecida e mantida a democracia, os fatos decorrentes serão apenas parte de um tempero que será degustado em algum tempo. Na administração democrática o aluno passa de um simples expectador para um formador de opiniões. O corpo docente planeja, pesquisa e executa o fazer pedagógico .

As sugestões são lançadas em pauta e decididas coletivamente. Diante de tais mudanças o espaço escolar agora é de todos. As decisões são tomadas em conjunto. A gestão colabora e interage com os discentes, estes têm livre arbítrio e exercem autonomia e decisões no âmbito escolar. A gestão democrática age de forma universalizada em busca do ensino qualitativo para todos.

O gestor ouve as sugestões dos docentes e acata as decisões de toda equipe de ensino. A comunidade tem outra visão da escola. Os pais são mais presentes e participam da vida dos filhos aprimorando sugestões para um bom desempenho educacional. Percebe-se que a democracia aos poucos está chegando nas escolas , o coletivo interagindo para o bem comum.

Apesar da evolução das escolas nos dias atuais , é preciso lembrar que os bons resultados só serão permanentes se forem mantidos o foco voltado constantemente aos estudos e planejamento junto com o fazer pedagógico. Por outro lado, ao serem ignoradas estas possibilidades de tempo e de espaço, pode ocorrer o risco de ser projetado uma gestão participativa para o cotidiano escolar que, na maioria das vezes se transforma em um documento resultante de encontros e reuniões.

Lembra-se que pelas próprias circunstâncias, os objetivos não são mais os mesmos. A sociedade evoluiu e os componentes de trabalho evoluíram também. Há a necessidade de recuperar-se e colocar em prática aquilo que serviu e aperfeiçoá-los no presente. É necessário que

o ensino acompanhe as novas tendências e que o nosso aprendizado esteja entre os conceitos do mundo em termo de qualidade.

Diante dos pressupostos, espera-se que a gestão democrática supra as necessidades desde a superação da criança ensinando-a os bons princípios da igualdade. Aos jovens, o senso da responsabilidade e distinção de valores. E ao adulto, que o mesmo descubra sua verdadeira identidade através de uma cidadania mais humana e igualitária. Nota-se que esses valores são regidos também pela Constituição Federal de 1988.

A Constituição detalha que caminharão juntos ao estado e à família em prol da educação e promoverão desenvolvimento de igualdade e cidadania baseados na democracia. No ápice de uma prática teórica e democrática, deve-se também levar em conta a criação do currículo para explicitar valores, normas e comportamentos.

O currículo foi criado pra comunicar os princípios e traços essenciais de um propósito educativo, de tal forma que permaneça aberto a discussão crítica e possa ser transferido efetivamente para a prática.

A descoberta do currículo vem fomentar os projetos interdisciplinares, uma vez que os indivíduos envolvidos no sistema têm a responsabilidade individual de projetar suas ideias. É neste contexto que a interdisciplinaridade vai interagir em coletividade as ideias solitárias ampliando o universo das informações, antes subjetivas transformando-as em objetivas através do coletivo.

Nota-se que o currículo está conectado a gestão democrática e participativa, pois o mesmo é regido pela coletividade que constitui uma das características da gestão democrática. Uma vez colocado em prática, assume-se a responsabilidade de concretizar o projeto pedagógico, desde sua dimensão a sua execução. Dando-se em conta que o currículo ainda tem a função de buscar alternativas e soluções para formação da reconstrução social, tendo-se o cuidado de não supervalorizar as pessoas por meio do consenso social.

Precisa-se valorizar os procedimentos democráticos, ignorando a força de persuasão que, uma vez persuadidos tornam-se enfraquecidos pela minoria dominante. O currículo implica participação do grupo que decidirá sobre as especificidades e diversidades da cultura de um povo, bem como, as suas diretrizes que repercutirão e influenciarão as camadas sociais envolvidas no processo da educação.

Vale ressaltar que a cultura é pública que independe de acontecimentos sociais, institucionais ou processos. Ela está entrelaçada dentro de um contexto histórico, econômico e social. As avaliações das conjecturas e as estratégias de evolução estão incluídas no processo universal que avaliará no âmbito geral o progresso alcançado ao longo do tempo. Todos esses instrumentos utilizados na construção da gestão democrática se estabeleceram a fim de quebrar regras de centralização, omissão, autoritarismo e controle burocrático imposto pela gestão tradicional.

Por outro lado, deve-se lembrar que a gestão democrática está em processo de desenvolvimento. Todo sistema que provoca mudanças exige-se flexibilidade, moderabilidade e sobretudo reflexão sobre o que foi e o que poderá ser. A escola é o reflexo de seus componentes. Se os novos olhares tiverem focados no desenvolvimento de sua clientela, com certeza, os

resultados fluirão através de novos procedimentos pedagógicos.

O aluno exercerá suas atividades voltadas para as inovações, seus saberes serão mais divulgados e bem representados. A comunidade por sua vez será mais participativa na escola, e, acima de tudo, com professores capacitados e estimulados. As metas serão alcançadas, e o diálogo será mais aberto a fim de que todos participem nos múltiplos afazeres do cotidiano escolar.

Paro (1997, p.10) observou que suprema democracia está na essência da vida escolar “ a transformação do esquema de autoridade no interior da escola agora pertence a todos”. A perspectiva da sociedade está além dos muros escolares uma vez que esta está consciente que as verdadeiras transformações acontecem no seio do ambiente escolar.

A escola como instituição e sua finalidade

O artigo 14 da Lei de Políticas e Bases Nacionais da Educação e o artigo 22 do Plano Nacional de Educação (PNE) indicam que os sistemas de ensino definem as normas de gestão democrática da educação pública na educação básica, obedecendo aos princípios do envolvimento dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e envolvimento da escola e das comunidades locais nos conselhos escolares. Dessa forma, a escola assume um processo coletivo vinculado por um determinante comum, a governança democrática.

A escola é uma instituição social que tem por finalidade garantir a educação de uma sociedade. Ela deve assegurar os direitos e saberes, e que estes saberes sejam transferidos através de gerações. Da mesma forma, está comprometida com as questões culturais, sociais, históricas, econômicas e políticas de uma sociedade. É no entorno do seu espaço que pessoas tomam importantes decisões relacionadas ao social.

Não se trata de um espaço neutro ou construído para ordenar um grupo de pessoas, mas que é carregada de significados constituindo-se em muitos momentos de um espaço de reprodução ideológica dotada de toda uma intencionalidade. Atitudes, conhecimento, desenvolvimento de habilidades e competências na formação do gestor educacional são tão importantes quanto a prática docente em sala de aula.

No entanto, esses atributos são inúteis se o gestor não se preocupa com o processo de ensino/aprendizagem em sua escola. Os gestores também devem ter a capacidade de diagnosticar as causas dos conflitos nas equipes de trabalho e propor soluções persuasivas, ter as habilidades e competências para selecionar ferramentas e técnicas que permitam uma melhor gestão do tempo, promovam ganhos de qualidade e melhorem a produtividade profissional.

O gestor deve estar ciente de que a qualidade da escola é global devido à interação de indivíduos e grupos que afetam seu funcionamento. O gestor deve ser capaz de integrar meta, ação e resultado para ampliar sua gestão com colaboradores empreendedores que primam pelo bem comum de uma comunidade. Em resumo, o bom gestor deve ser um administrador, ou seja, manter a escola dentro das normas do sistema educacional, seguindo normas e orientações, e cumprindo prazos.

Deve também valorizar a qualidade do ensino, projeto pedagógico, supervisão e orientação pedagógica e oportunizar a formação de professores. Guia do bairro, abre a escola nos finais de semana e permite passagem livre em sua sala de aula. Para isso é importante ter uma

equipe de gestão que tenha talentos complementares.

Delegar e liderar devem ser as palavras de ordem. Além disso, um bom gestor aponta o caminho, ouve as necessidades da comunidade, desenvolve talentos, facilita o trabalho em equipe e, claro, resolve problemas. Ao se referir à escola pública, trata-se de uma entidade escolar cuja função primordial é atender o cidadão em seu direito fundamental de acesso à educação de qualidade.

Esta entidade não funciona isoladamente, pois necessita de meios para manter a sua estrutura física e os seus recursos materiais e humanos, bem como necessita de um conjunto de regras que regulem todas as suas atividades e funções. Nesse sentido, do ponto de vista institucional e legal, a escola pública faz parte do sistema de administração pública federal, estadual ou municipal conforme definido na Lei de Políticas e Princípios Nacionais de Educação.

Tal sistema significa a rede formada pelas escolas públicas e sua estrutura de apoio, ou seja, os mecanismos necessários ao seu funcionamento. Esses mecanismos incluem a gestão de recursos financeiros. Para entender onde essa competência funciona, é importante entender as duas formas de utilização dos recursos que financiam a escola: centralizada e descentralizada.

A aplicação central, que abrange a maior parte dos recursos financeiros, é feita por um órgão administrativo ao qual a escola está hierarquicamente subordinada, normalmente o Ministério da Educação. Neste caso, eles recebem os meios para financiar a escola na forma de bolsas, por exemplo. Tecido de construção, carteiras escolares, salários dos funcionários públicos, ou seja, tudo o que a escola não paga diretamente mais recebe indiretamente através de uma transportadora.

A aplicação descentralizada é realizada pela escola, em geral por uma unidade executora a ela associada. Os recursos públicos, neste caso, financiam a aquisição de materiais e a contratação de serviços realizados diretamente pela escola, como material de consumo, equipamentos de manutenção e funcionamento e pequenos reparos, por exemplo. Para que todos os instrumentos de financiamento da educação sejam colocados em prática, é fundamental conhecer as estruturas e regras da administração pública.

Gestão pública e a instituição de ensino

De acordo com os princípios necessários para se efetivar um bom trabalho, é importante visualizar as características da gestão, sendo que a Gestão Pública vem utilizando nas últimas décadas práticas novas da administração do setor público, recuperando o termo gestão para contexto público. A experiência na Gestão vem ligada a prática da gestão administração privada. As práticas antigas fortaleceram a gestão pública atualmente, contribuindo para o desenvolvimento da organização cuja sua missão é o interesse público. Segundo Longo, (1996). Explica que:

O fortalecimento da melhoria da gestão pública é uma conquista de nova modernização, nesse processo, os desafios é provocar mudanças, tomando foco na melhoria da qualidade no processo da gestão pública, é consenso que nenhuma transformação poderá ser obtida devidamente equacionada (p. 67).

A organização da gestão pública fortalece as instituições que prestam serviços à po-

pulação como um todo, esse fortalecimento provoca mudanças e supera desafios, objetivando a qualidade, com isso melhora-se o atendimento e a resolução dos serviços demandas pelos usuários do serviço público, evidenciando as novas conquistas modernizadoras no contexto da Constituição Federal dispõem sobre administração pública:

A administração pública direta e indireta de todos os poderes da União, Estado, Distrito Federal e Municípios obedecerão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. (CF 1988, Art. 37, p.41).

As relações da gestão pública com os cidadãos e as organizações são disciplinadas pelo Direito Constitucional, cuja função é a de garantir que o Estado venha a estabelecer relações justas, racionais com os mais diferentes agentes com que entra cotidianamente em interação no exercício das suas funções, assegurando assim, a coerência da ação estatal que é exercida por diversas instituições que a compõe e desempenham funções específicas e interagem com os diversos públicos.

Para a garantia dos serviços e evitar ações arbitrárias por conta dos dirigentes, esses princípios são as regras gerais que vão sustentar a modernização e a qualidade. Para fundamentar o conhecimento sobre gestão e administração, é importante entender que existem diferenças que podem servir de norte para o gestor, uma vez que ao entender esse processo, pode – se agir, de acordo com o que lhe foi estabelecido.

A diferença entre gestão pública e administração contém muita analogia no sistema de cada uma, porque a gestão contém uma visão ampla das coisas que estão ao seu redor e na administração cuida dos princípios para que a execução seja bem trabalhada. Para argumentar o assunto que está sendo abordando (FORTUNATI, 2007, p.16). Afirma que:

No sentido mais amplo, o termo administração pública refere-se a todas as atividades que visam diretamente o cumprimento específico de tarefas ou tarefas de interesse público ou comum em uma empresa ou em uma organização estatal. Portanto, do ponto de vista da atividade, o conceito de administração pública corresponde a uma ampla gama de ações relacionadas ao estado como um todo. Por um lado, incluem as atividades governamentais relacionadas com os poderes de decisão e comando, bem como as que prestam assistência direta no exercício do governo. Por outro lado, são empreendimentos que visam atingir fins públicos estabelecidos por leis e atos governamentais.

Administrativa pública é um conjunto de atividades que concretiza as ações delegadas a uma organização e perpassa para o interesse público, nesse sentido a ação da administração que estudam formas de se organizar as coisas, como os adereços se comportam nas organizações, alguns padrões são diferentes das organizações. Na gestão pública é absolutamente diferente, embora se utilizem de técnicas e práticas parecidas, mas do ponto de vista de aprendizado é necessário desvincular.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo apresentado, visa nortear os trabalhos da prática pedagógica tanto dos docentes como também de todos que trabalham na escola, sendo mediadores de decisões. Optou-se por uma pesquisa bibliográfica: com enfoque qualitativo. A pesquisa se desenvolveu-se com:

1 - Gestora

30 - Professores: dez do turno matutino; dez do turno vespertino Coordenação pedagógica

gica: três uma do turno matutino; uma do turno vespertino e uma do turno noturno.

60 - Alunos: vinte do turno matutino do 5º ano; vinte do turno vespertino do 5º ano e vinte do turno noturno do 5º ano.

15 - Serviços Administrativos: 5 do turno matutino;5 do turno vespertino; 5 do turno noturno.

15 - Serviços gerais: 5 do turno matutino;5 do turno vespertino; 5 do turno noturno.

3 - Membros da APMC. Associação de Pais e Mestres. Presidente, Vice-presidente e o tesoureiro.

O primeiro passo desta caminhada consistiu em buscar, juntamente com os funcionários da escola informações sobre a gestão atual, seu perfil e sua organização. Informações que dê apoio para a construção do estudo sobre a implementação do Projeto Político Pedagógico na escola.

Se usou um questionário com perguntas abertas - através dos quais buscou-se obter informes, subjetivas, contidos na fala dos sujeitos pesquisados, Todas as informações voltadas para as causas do problema da pesquisa.

ANALISE DE RESULTADOS

Analisando os dados do resultado da pesquisa, foi possível perceber que o Projeto Político Pedagógico é extremamente importante para que tenha sucesso à gestão educacional nos aspectos: Pedagógico, Administrativo, Social, Cultural e Religioso e principalmente a qualidade do ensino. A figura abaixo apresenta a importância do projeto político pedagógico.

Figura 1- Fazeres pedagógico



Fonte: A pesquisadora (2019)

O PPP é um instrumento que vai além do currículo escolar, traz valores para o ambiente escolar, orienta efetivamente o corpo docente em suas tarefas, é um guia administrativo, ou seja, um documento oficial da escola; Ele lidera toda a comunidade escolar. Por isso, é importante que esteja bem preparado e sempre sirva de guia para o dia a dia da instituição. A Figura 2 mostra resumidamente as etapas de uma boa gestão participativa no desenvolvimento do projeto político-pedagógico.

Figura 2 - Gestão escolar e o desenvolvimento do PPP

GESTÃO DEMOCRÁTICA



Fonte: A pesquisadora (2019)

O gestor torna-se parte integrante desse processo, é responsável pelo sucesso e o insucesso no resultado dessa atividade pedagógica, ele tem obrigação de ajudar os professores nas atividades pedagógicas e colocar todo o aparato da escola a serviço do pedagógico, seguindo as orientações do PPP. Projeto Político Pedagógico é o instrumento que vai nortear todo o seu trabalho em todos os aspectos.

Uma vez que o professor é parte integrante desse processo. Professores desmotivados, insatisfeitos e as condições de trabalho, somados a falta de apoio por parte da gestão. Também a falta de material didático para ministrar uma aula com qualidade, fatores estes, levam ao fracasso escolar a não educação com ensino de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou comprovado que uma gestão pedagógica pautada em uma concepção democrática e focada no desenvolvimento do PPP, se torna uma gestão descentralizada, dinâmica, interativa, reflexiva, argumentativa, construtiva agindo sempre de forma coletiva para encaminhar as situações, ações e desafios encontrados no contexto escolar, como também foi apresentado as características específicas da administração escolar, que envolve tomada de decisões e postura adequada diante da sociedade.

A legislação e a gestão são abordadas tendo como referência as suas atribuições, sua função de acordo com as Leis, Diretrizes, Estatuto, Regimento enfim documentos primordiais para nortear todas as ações assumidas pelo gestor. Ele exerce um papel apropriado para contribuir com o desenvolvimento do educando tendo em vista o desempenho da escola como um todo tanto nos aspectos cognitivo, cultural, afetivo quanto social.

No processo educacional, é primordial buscar mecanismos de envolvimento de todos para que se possa conhecer os problemas e identificar as dificuldades e desafios no processo educativo, tendo um olhar de possibilitar alternativas, meio para que as dificuldades sejam mi-

nimizadas e com isso, se alcance as metas e objetivos propostos, principalmente, no que refere à aprendizagem. Bem como, dialogar com professores sobre as dificuldades encontradas no processo de ensino, verificar e orientar cada um os alunos que apresentam dificuldades de se inserir no processo de aprendizagem, visitar com frequência as salas de aula, fazer intervenções imediata, organizar e planejar todas as ações previstas para o ano escolar. Realizar reuniões, encontros com pais e/ou responsáveis, envolver e acompanhar as atividades de toda equipe em suas atividades diárias para cobrar suas devidas responsabilidades e outros e dentre outras ações analisar o rendimento durante o ano escolar.

A escola é um ambiente de aprendizagem, um espaço de formação contínua, no qual todos reflipam, pensem, analisem, criem práticas, como pensadores e não como meros executores de decisões burocráticas administrativas. Assim como a escola, a ciência é parte da sociedade, porém cabe à escola interagir conhecimento científico afim de viabilizar rentabilidade ao ensino.

REFERÊNCIAS

BETINI, Geraldo Antônio. A Construção do Projeto Político Pedagógico da Escola. EDUC@ção - Rev. Ped. - UNIPINHAL – Esp. Sto. do Pinhal – SP, v.01, n. 03, jan./dez. 2005.

DIAS, Sergio Roberto. gestão de marketing. São Paulo: saraiva, 2003.

FORTUNATI, José. Gestão da Educação Pública: caminhos e desafios. Porto Alegre: Artemed, 2007.

MENEGOLLA, SANT'ANNA; Maximiliano , Ilza Martins, Por que Planejar? Como Planejar?, Petrópolis, RJ: Vozes 2000.

VASCONCELOS, C. dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 3. ed. São Paulo: Libertad, 1999.